

MEMÓRIA DA LUTA PELA MORADIA NO BAIRRO DO COROADO EM MANAUS (AM)

MEMORY OF THE STRUGGLE FOR HOUSING IN THE COROADO NEIGHBORHOOD IN MANAUS (AM)



ANDRÉ MENEZES FIRMINO¹

Resumo

Este artigo visa analisar o papel dos movimentos sociais de moradores na ocupação dos lotes de terras da Universidade Federal do Amazonas - UFAM em Manaus, assim como a resposta das administrações da universidade diante dessa situação. Além disso, o estudo considera o processo de migração e assentamento de populações provenientes tanto do interior do Amazonas quanto de outros estados brasileiros nas terras da universidade. A pesquisa foi desenvolvida a partir de fontes escritas e orais. As fontes escritas incluem textos de pesquisadores que abordaram a história de Manaus no século XX, cobrindo acontecimentos que vão desde o auge do ciclo da borracha até a criação da Zona Franca. Já as fontes orais consistem em relatos de antigos moradores do bairro, que participaram da ocupação dessas terras, e a entrevista de um Guarda Patrimonial da UFAM, que esteve envolvido no processo de contenção das ocupações.

Palavras-chave: Coroado; Universidade Federal do Amazonas; ocupação.

Abstract

This Project aims to analyze the role of social movements of residents in the occupation of the landplots of UFAM in Manaus, as well as the university administrations' response to this situation. Additionally, the study considers the migration and settlement process of populations coming from both the interior of Amazonas and other Brazilian states on university land. The research was developed based on written and oral sources. The written sources include texts by researchers who have explored the history of Manaus in the 20th century, covering events ranging from the peak of the rubber cycle to the creation of the Free Trade Zone. The oral sources consist of accounts from former residents of the neighborhood who participated in the occupation of these lands and an interview with a UFAM Heritage Guard who was involved in the process of containing the occupations.

Keywords: Coroado; Federal University of Amazonas; occupation.

Introdução

Esta pesquisa buscou compreender a dinâmica das mobilizações sociais relacionadas à aquisição dos lotes de terras da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, durante a década de 1970 e, avaliar a resposta das competências administrativas da universidade a partir das narrativas do Guarda Patrimonial. Além disso, foi utilizado o método da entrevista para instigar a memória sobre os processos de migração e conquista de territórios no bairro do Coroado pelas populações do interior do Amazonas e de outros

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Email: andre27firmino@gmail.com.

Esta pesquisa é resultado de um projeto de iniciação científica que foi realizado entre agosto de 2023 e agosto de 2024.



estados brasileiros, que se estabeleceram nas terras da universidade. Para tanto, a pesquisa abrangeu três elementos centrais: mobilizações dos ocupantes, as reações da UFAM e processo migratório e de ocupação.

A UFAM foi fundada em 1909 como a Escola Universitária Livre de Manaus, com o objetivo de oferecer uma escola de treinamento militar e desenvolver as habilidades profissionais dos seus associados relacionadas à guerra. No entanto, em 1962, com a aprovação da Lei Federal 4.069-A, o nome da instituição foi alterado para Universidade do Amazonas (UA), com um foco maior na formação acadêmica em diversas áreas. Embora tenha sido criada por meio da Lei Federal 4.069-A em 1962, a UA só foi oficialmente estabelecida três anos depois, em 1965, após a desativação da Universidade de Manaus. A UFAM é mantida pelo governo federal como uma fundação de direito público e sua missão é oferecer ensino superior, fomentar o estudo e a pesquisa em todas as áreas do conhecimento, e promover a disseminação científica, técnica e cultural (UFAM, 2018).

Figura 1: Localização da UFAM e do bairro Coroado.



Fonte: Monteiro, Oliveira e Silveira (2022, p. 18).

Na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a Lei nº 3.173, autorizando a construção de uma Zona Franca em Manaus (BRITO, 2004). Segundo Rosa Mendonça de Brito (2004), em obra alusiva aos 95 anos da UFAM, a criação da Zona Franca resultou em um grande fluxo de imigração para a cidade, com a



população passando de 170.000 habitantes do ano de 1960 para 1.000.000 de habitantes na década de 1990. A maioria das pessoas que vinham do interior buscava moradia no centro de Manaus, em igrejas como a Igreja dos Remédios. Alguns grupos também ocuparam terras de fazendeiros na região Centro-Oeste, como no Bairro Santo Antônio e São Jorge, que antes eram fazendas. Outras ocupações também ocorreram nos bairros Compensa, Alvorada e Vila da Prata.

Nas entrevistas realizadas e nas literaturas consultadas, o ano de 1971 aparece como marco no início da ocupação que deu origem ao bairro Coroado. Entre os usos do território que existiram antes e durante a ocupação, estava a produção de carvão vegetal, a partir da extração da madeira da floresta local. No entanto, houve conflitos iniciais entre os ocupantes e a polícia, com as forças do estado tentando remover as barricadas erguidas no local. Segundo Manoel (2008), ao discutir os processos de ocupação de bairros populares em Manaus, após a resistência dos ocupantes, o governador do Amazonas, coronel João Walter de Andrade, doou alguns lotes de terra para os ocupantes, sem desapropriar toda a área.

Além disso, essa pesquisa tratou do processo de ocupação dos lotes de terras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em um lugar que ficou conhecido como Bairro do Coroado após as ocupações. Desse modo, os conhecimentos adquiridos sobre os métodos de entrevista, baseados nas técnicas apresentadas pela pesquisadora Verena Alberti (2005) em seu livro “*Manual de História Oral*”, aliados aos aprendizados da disciplina de Metodologia da História, especialmente no que diz respeito aos estudos sobre memórias, desempenharam um papel fundamental nos meus estudos sobre compreensão do campo da memória. Isso porque as narrativas dos sujeitos, ou seja, a memória individual, são formadas por meio de uma análise cuidadosa da experiência de pertencer a um grupo e dos ensinamentos que recebemos dos outros (HALBWACHS, 2006). Isso ocorre porque a memória individual é a resultante da vivência de uma pessoa em diversos grupos simultaneamente. Ela é composta por uma soma de memórias coletivas, que se fundem em um ser único, representando sua parte individual de experiência. Em outras palavras, a formação da memória é uma combinação aleatória das lembranças dos diferentes grupos nos quais a pessoa é influenciada, o que explica, em grande parte, porque as memórias são distintas de pessoa para pessoa. Assim, foram realizadas entrevistas semiabertas (seguindo um roteiro de tópicos para conversa) buscando antigos servidores da universidade que tenham participado desse processo,



sendo estes docentes, técnicos e outros integrantes da gestão universitária, a exemplo de Reitores, Pró-reitores e prefeitos do campus.

Entre os moradores do Coroadó, foi dada prioridade na pesquisa àqueles mais velhos e, aos mais jovens que também participaram de maneira direta ou indireta dos processos de ocupação. Pois as memórias não se encontram fisicamente presentes nos corpos ou mentes individuais, mas sim na sociedade em que se inserem, através dos diferentes grupos que a constituem. Isso ocorre porque, ao lembrar, os indivíduos necessitam fazer uso de convenções sociais que não são por eles criadas – afinal, a memória individual não pode funcionar sem os instrumentos das palavras e ideias, que o indivíduo não inventou, mas que são emprestados do ambiente.

A ocupação e formação de bairros populares se alinham com as trajetórias habitacionais dos sujeitos, que fazem parte de suas histórias de vida. Para a realização deste tipo de entrevista, se faz necessária a presença do pesquisador no cotidiano do bairro e a convivência prolongada com seus moradores, o que implica na realização de um exercício de “etnografia do particular” (ABU-LUGHOD, 2018). Como explica a antropóloga Lila Abu-Lughod (2018), da Universidade de Columbia, é fundamental evitar generalizações ao estudar uma cultura ou, neste caso, uma rede de experiências vivenciadas durante as ocupações como a do Coroadó em Manaus na década de 1970. A abordagem de Abu-Lughod privilegia a análise individual de cada sujeito, considerando seu cotidiano particular. Ainda assim, ao final, a construção da narrativa se apoiaria em uma memória coletiva, pois as histórias particulares sempre se conectam no contexto maior de Manaus e do período histórico das experiências dos moradores.

Desse modo, todas as entrevistas foram realizadas com gravador digital ou do celular e transcritas, mediante consentimento dos interlocutores da pesquisa. É importante destacar que a representação simbólica do Bairro do Coroadó é algo pessoal para cada morador. Cada indivíduo está descrevendo o que testemunhou com seus próprios olhos ou o que foi transmitido a ele através das gerações. Como afirma Janaína Amado (1995) sobre pesquisas com memória:

[...] Inerente às entrevistas, existe, entretanto, uma dimensão simbólica que os historiadores tem a obrigação de conhecer e estudar, pois faz parte da história. Mediadas pela memória, muitas entrevistas transmitem e reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas. A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente nos fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças. As associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos



significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm (AMADO, 1995, p.136).

E ao mesmo tempo, o trabalho se valeu dos ensinamentos de Marc Bloch (1925), pois para ele a memória coletiva deve ser abordada como um fenômeno comunicacional, o que tem diversas implicações. Ele sugere que os mesmos problemas que afetam a comunicação também podem afetar a memória coletiva. Ou seja, a memória coletiva pode sofrer com erros de transmissão, mal-entendidos e até mesmo distorções intencionais em relação ao passado. Assim, Bloch destaca a possibilidade de existirem falsas lembranças e equívocos dentro da memória coletiva. Essa afirmação sugere que a memória coletiva é construída socialmente e é influenciada pelas diferentes perspectivas dos grupos envolvidos em sua criação. Em vez de ser vista como uma história objetiva e universal, a memória coletiva é entendida como uma construção dinâmica e contingente, moldada pelas experiências e valores compartilhados pelos membros de um grupo social (BLOCH, 1925). Ou seja, devemos reconhecer que a memória coletiva é influenciada por questões de poder, políticas e ideológicas, e que diferentes grupos sociais podem ter representações distintas do mesmo evento histórico. Além disso, ela enfatiza a importância de se considerar a diversidade de perspectivas e experiências dentro de um grupo social e de incluir múltiplas vozes na construção da memória coletiva. Sobre a memória dos moradores, também foram utilizadas fotografias e imagens de acervo das famílias. Essas imagens remetem às trajetórias dos moradores e suas famílias, assim como ao passado do bairro.

Por fim, essa pesquisa utilizou de fontes escritas procurando em acervos públicos na internet, isto é, levantamentos bibliográficos em periódicos Qualis/CAPES e em bancos de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, também, os acervos na Biblioteca Municipal João Bosco Pantoja, localizada na R. Monsenhor Coutinho, 529, da qual continham informações sobre esse momento histórico, além da biblioteca do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS), localizado na Universidade Federal do Amazonas, no Setor Norte.

A chegada dos ocupantes nos lotes de terras da universidade

Com a implementação da Zona Franca de Manaus e a atração de uma série de investidores para a capital amazonense, houve uma onda de fluxo migratório para a região em busca de melhores condições de vida e trabalho, desde nordestinos até paulistas. No



entanto, especificamente, as pessoas que moravam no interior do Amazonas também se sentiram atraídas a migrar para a capital.

Com isso, houve um grande fluxo migratório para Manaus. Um exemplo é Dona Bernaldite, cuja situação se assemelha à de outros moradores do bairro que passaram por esse processo de ocupação ao virem do interior do estado do Amazonas:

[...] E de lá, quando foi o tempo que meu pai veio de Coari, aí ele ganhou um terreno aqui no Coroado, na Paraíba, mas não é Paraíba não, é Paraíba aqui do Coroado mesmo que agora é Papiro. Aí o papai fez uma casa, a gente tirou o terreno muito grande, aí nós fizemos uma vila de casa. Que tem a casa da minha irmã, da minha mãe, do meu pai, a minha e do meu irmão. Mas é na pista mesmo assim. Aí nós moramos desde 1970. O papai chegou em 74, 75, mas eu desde 1971. (Dona Bernaldite, moradora do bairro Coroado, novembro de 2023).

Dona Bernaldite evidencia que se mudou para os lotes de terras da universidade após o seu pai conseguir um grande pedaço de terra, onde foram construídas as casas de seus familiares, em rua à época conhecida como Paraíba e hoje em dia conhecida como Papiro. Esse relato destaca sua vinda como parte de um processo de êxodo rural. Essa realidade é semelhante a outros processos de ocupação em bairros estruturados de Manaus atualmente, como Compensa, Santo Antônio e São Jorge, entre outros (MANOEL, 2008).

Mais ainda, considerando que é semelhante a vários outros moradores vindos da região rural, há aqueles que migraram de outros bairros de Manaus após ouvirem sobre os processos de ocupação em andamento e por estarem próximos à universidade. Esse é o caso de João Coragem e Dona Terezinha, interlocutores da pesquisa cujas narrativas aparecem a seguir.

Vale ressaltar que João Coragem é filho de um dos primeiros moradores do bairro, seu pai também chamado João Coragem. A história de sua chegada no bairro é narrada no trecho de entrevista abaixo:

Essa é uma história muito importante. Porque para vir morar no Coroado, nós morávamos no Educandos, né? Na época, nós morávamos na Educandos, no Beco das Flores. Até o número da casa eu me lembro, 58. Rua Delcídio Amaral, Beco das Flores, 58. Eu nasci no, lá era... era flutuante, naquela época. Aí depois passei para a terra. Justamente lá nesse beco, era um beco lá. E a partir disso, para tu ver, a gente vivia tudo numa boa, papai, mamãe. O papai era muito resolvido, certas coisas dele. A gente morava junto com a casa da minha avó. [...] Aí ele pegou, vendeu nossa casa. Vendeu nossa casa, a gente não sabia aí no terceiro dia, foi no terceiro dia, viemos pro Coroado, que tinha essa invasão que ele soube. Não sei como que ele soube, ele disse que foi um parente dele que falou e veio pro Coroado. E a gente fiquemo, aí viemos pro Coroado, nós três. Nós quatro, aliás, mamãe, papai, eu e meu irmão, nós quatro. Quando chegamos, naquele tempo, pegamos [o ônibus] Colônia Antônio Aleixo, olha, só passava Colônia Antônio Aleixo naquela época e a gente ficou lá perto do Bar



Nacionalismo ali. É... no Bar Nacionalismo fica onde é que é? É, depois nasceu na linda ali [incompreensível] na estrada do Aleixo, ele ficava ali na Aleixo, e vinha a pé. Vinha a pé, andando, passava pelo Santana, naquele tempo já existia o Santana. (João Coragem, morador do bairro Coroado, outubro de 2023).

A fala de João Coragem (filho) remete à trajetória da família, que chegou a morar em uma casa flutuante no Bairro de Educandos. Posteriormente, a família “passa da água para a terra”, porém ainda em situação precária, habitando em um beco. O Coroado aparece como alternativa aos outros dois lugares, quando o pai de João fica sabendo da “invasão” a partir de sua rede de amigos e familiares que também queriam formar uma comunidade no novo bairro.

Quanto à entrevista com Dona Terezinha, esta foi realizada na sede da Associação dos Idosos do Coroado (ASSIC), em uma sala usada para reuniões. Na ocasião, ela relatou:

Bom, eu e minha mãe, minhas irmãs, minha família morava tudo na Colônia de Oliveira Machado. Aí como o papai conseguiu um terreno no bairro do Coroado, aí ele veio e conseguiu o terreno. Aí ele falou com o compadre dele pra vir morar na casa dele, nós viemos. Enquanto ele começava a construir a nossa casa. Aí nós viemos, aí nós passamos, o papai trabalhando, aí o papai trabalhava no aeroporto e aos poucos ele foi construindo a nossa casa né, que ele fez de madeira. Porque a outra casa que nós estávamos morando, o compadre dele, era coberta de palha e cercada de palha. Mas mesmo assim nós viemos morar, porque era uma casa aqui ou estar lá. Não era cheio de casas, o terreno estava começando, o Coroado estava começando, então era uma casa aqui outra lá longe, né? Uma distante da outra. E assim foi o Coroado. Aí viemos, morávamos no Coroado e continuamos a nossa vidinha, né? Ninguém tinha condições. O pai, aos pouquinhos, foi fazendo as nossas casas, até que conseguiu fazer de madeira todinha. Lá era um chavascal, tinha um igarapé perto da nossa casa. Papai conseguiu juntar uns amigos para fazer uma ponte, colocava aquele buriti, aí fazia uma ponte para o pessoal passar em cima, porque não tinha. Era só o igarapé. Aí conseguiu fazer uma ponte para o pessoal atravessar para lá e pra cá, né? Aí foi bom. (Dona Terezinha, moradora do bairro Coroado, novembro de 2023).

Como explica Dona Terezinha, sua vinda para o bairro, ainda em desenvolvimento, se deu graças à conquista de seu pai de uma dessas terras. No entanto, o compadre de seu pai precisou hospedá-los enquanto ele construía a casa e conciliava com seu trabalho. Dona Terezinha ressalta que, naquela época, ainda havia poucas casas, muito diferente da configuração atual do bairro em Manaus.



Figura 2: Construções de casas nos lotes de terras da universidade.



Fonte: Acervo do João Coragem (o filho).

É possível perceber que cada um desses moradores teve influências que contribuíram para o processo de ocupação. Por exemplo, o motivo que levou João Coragem (pai) a trazer sua família para a mata selvagem, que eram os lotes de terras da UFAM, foram os avisos de seus familiares e a ideia de formar uma comunidade unida. De tal maneira, o relato de Dona Terezinha, tal qual, sendo a realidade de muitos outros moradores, foi impulsionada por uma noção de um grupo influenciando os demais, ou seja, por redes de informações, não se tratando apenas de fofocas, mas de um senso de pertencimento e identidade compartilhada entre os grupos familiares, o que motivou o deslocamento para aquelas terras.

É necessário contextualizar que, nesse momento, famílias como a de João Coragem e Dona Terezinha começavam a criar uma comunidade dentro de terras que eram de propriedade da Universidade do Amazonas, o que gerou conflitos. No tópico seguinte será discutido o conflito e as estratégias da UFAM para conservar seus lotes de terra diante da ocupação de moradores.

Contenção das Ocupações: estratégias da universidade para preservar seus lotes de terra

Como já destacado, as ocupações nos lotes de terras da universidade estavam se intensificando ainda mais com o passar dos meses. Assim como apareceu na história de João Coragem, Terezinha e Bernaldite, sempre uma nova família chegava para se estabelecer naquele território. Com isso, os administradores da UFAM tiveram que lidar



com essas ocupações, senão elas avançariam ainda mais, podendo até mesmo adentrar a universidade. Os reitores que ocuparam o cargo durante esses processos de ocupação foram Jauary Guimarães de Souza Marinho e o vice-reitor José Lopes da Silva (1966-1970) e, posteriormente foram o reitor Aderson Pereira Dutra e o vice-reitor Octávio Hamilton Botelho Mourão (1971 – 1976) (UFAM, 2018). Esses precisaram chamar os policiais para conter os avanços das populações ocupantes, chegando até mesmo utilizar força em algumas situações, segundo o depoimento do Guarda Patrimonial Francisco Figueira. Hoje com 74 anos, ele é considerado um dos funcionários mais antigos da instituição. Foi indicado como possível interlocutor da pesquisa por técnicos e colegas de trabalho e, assim, o procurei. Por motivos pessoais, ele mencionou no dia da entrevista que não se sentia à vontade para realizar uma entrevista presencial — não sei se por timidez ou falta de disponibilidade — mas se dispôs a responder minhas perguntas por áudio em um aplicativo de mensagens.

Francisco contou que se mudou para Manaus após deixar o Ceará em 1973 e, em 1974, já estava trabalhando na UFAM como guarda patrimonial. Uma de suas funções era conter os avanços dos moradores sobre os terrenos da universidade, especialmente nas áreas de mata e igarapés. Sobre sua participação nesses eventos, ele relatou:

[...] O segundo Coroado, o terceiro, já tinha algumas casas que era do igarapé, que hoje passa a Beira Rio e a Beira Mar, a avenida que passa aqui em frente à delegacia. Tinha poucas casas, era uma aqui, outra a 100 metros, tinha outra e umas palafitas e a nossa extrema era o Igarapé, fazia extrema. O Igarapé para cá era da universidade, para lá era a invasão. Mas, eles foram entrando de uma certa maneira que nós não tínhamos como combater. A gente desmanchava as casas durante o dia, tinha dia que a gente desmanchava 20, 30 casas, armações e essas coisas, e quando chegava no outro dia para trabalhar, tinha 50, 60 armações e gente para todo lado. E foram entrando, e a gente fazia uma cerca, essa cerca, a gente passava o dia todo cavando no chão e fazendo as estacas, botando prego, botando arame farpado, e quando era o outro dia que ele chegava ninguém encontrava mais a cerca, a cerca já não existia mais, já tinha uma casa lá para trás e muita gente entrando. E isso foi o terceiro Coroado todinho. Enquanto não fizeram aquela avenida lá atrás, aquela rua Astro Barroso. Para conter a invasão, não pararam de entrar gente. E dentro do terreno, lá por trás, onde hoje é a reitoria, o ICHL, aquilo tudo, tudo tinha moradores por ali, nós fomos retirando, com a ajuda da Polícia Federal e a Polícia Militar, muitas vezes foi acionado a nos ajudar e com tudo isso nós fomos, foi uma guerra, uma guerra do vigilante contra os invasores, os invasores tinham apoio de lideranças, fortes, políticos e tal, e a universidade batalhava pelo um lado e os invasores pelo outro, e nós fomos perdendo, o terceiro nós perdemos vendo, palmo a palmo, ser invadido, e eu presenciei isso aí de todo dia. Naquela época nós trabalhava todo dia sábado e domingo, que às vezes a gente tinha folga, quando chegava segunda-feira aí era pior ainda. (Francisco Figueira, guarda patrimonial da UFAM, fevereiro de 2024).



A universidade, como aponta o guarda patrimonial Francisco Figueira, estava tendo que tomar providências sérias para conter esse avanço, pois para a população era necessário ter o seu lar já que chegavam de condições precárias.

O papel do Padre Mário Missiato nas lutas

Entre as lideranças que lutavam pelo direito à moradia no bairro, destacava-se um nome que se fez presente durante a década de 1970: Mário Missiato, hoje com 78 anos. O Padre Mário Missiato, sacerdote missionário do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (P.I.M.E.), chegou a Manaus em 1973 e, ainda naquele ano, já estava atuando no bairro do Coroado. Sobre sua trajetória, ele compartilha:

A minha trajetória no Coroado se deu por vontade de Deus. Eu nunca tinha escolhido o Coroado para ir a trabalhar, mas devido a várias circunstâncias, quando eu cheguei aqui de Manaus, em Manaus mais ou menos em agosto, setembro de 1973. Nós nos colocávamos à disposição do nosso superior, do bispo, aqui de Manaus, para poder trabalhar. Nos indicou a paróquia, o bairro do Parque 10, onde trabalhar, porque ele tinha um padre sozinho, nós éramos... E outros três padres, então fomos trabalhando aí. Mas de lá viu que a gente, depois de três, quatro meses de convivência, de experiência assim, aí chegou aos nossos ouvidos que havia um bairro recém-constituído, chamado Coroado. Fazia dois anos de existência, este bairro começou a ser invadido lá nos anos de 1970, não é? Então em 73 nós demos os primeiros passos, setembro mais ou menos de 73, demos os primeiros passos para visitar este bairro, não é. (Padre Mário Missiato, missionário da Igreja Católica e morador do bairro nessa época, agosto de 2023).

De tal forma, a sua participação foi essencial nesse processo para os moradores, pois ele se dirigia como elo entre os moradores e os servidores e administradores da UFAM. Além disso, o Padre Mário Missiato ajudou a consolidar mais o bairro através de projetos e jogos que envolvessem toda a população. Sobre o conflito de terras com a UFAM, Padre Mário conta que as questões políticas eram muito complicadas, pois a universidade possuía mais força nesse contexto:

Porque mesmo a polícia estava com a intenção de recuperar ainda essas terras, certo? Portanto, ela não deixava o pessoal invadindo mais terrenos, porque estava dentro da área da universidade, não é? Você viu agora, a universidade está no campus universitário, não é? Sim, naquela época. A polícia não tinha feito isso, uma obra de contenção, aí o pessoal teria invadido toda mais áreas ainda, não é? Mas, mas ia, vamos dizer assim, quebrar um pouco toda esta área do campus universitário, não é? Então, isso aí, o arame farpado foi menos para limitar o terreiro, depois não aconteceu mais nada, ficou aí o pessoal e, no entanto, durante os primeiros anos, através de encontros comunitários, com o povo, também com pastores de outras igrejas evangélicas, e com os líderes comunitários, Coroado 1 e Coroado 2, eu programava sempre encontros de



conscientização: o que é que vamos fazer? O que é que vamos fazer? Fizemos, me parece, um ou dois abaixo-assinados ao governo federal em Brasília, pedindo uma solução social para este povo, não é? Porque a universidade sempre insistia em recuperar as terras e o governo devia transferir já todo o pessoal instalado no Coroado para uma outra área. E o povo do Coroado não tinha condições para ir, porque o povo Coroado tinha se constituído principalmente em pessoas que deixavam o interior e vinham para Manaus por causa da Zona Franca, não é? [...] A universidade em si, não sei se era reitor ou vice-reitor, mas a universidade em si se achava dona de todas aquelas terras. Nós, através desses um ou dois assinados para o Governo Federal, a gente pediu uma solução, sem violência, sem agressividade, sem caos, não é? A gente queria essa solução para viver melhor, não é? Porque a gente tinha trabalhadores e tudo lá no Coroado. Depois que, como eu estou do canto, vem um pouco os criminosos, mas aquele tempo de dez anos que eu no Coroado eu não sofri nenhuma coisa que pudesse ameaçar a minha vida, nunca, nunca, nunca. O trabalhador, o povo, honesto, trabalhador, acordava cedo, para ir lá para o Distrito ou para outros trabalhos, não é? É gente que vinha da roça, da roça lá do interior. (Padre Mário Missiato, missionário da Igreja Católica e morador do bairro nessa época, agosto de 2023).

Para muitos moradores, a vinda do Padre Mário e sua forma de se impor perante a universidade, além de ajudar em questões sociais e educativas, foram fundamentais para estabelecer a base do bairro em termos de todos se conhecerem melhor e assim estabelecerem uma comunidade que se ajudava aos poucos, conhecendo um ao outro. É isso que pensa a moradora Dona Bernaldite, ao comentar sobre a presença de Padre Mário no bairro:

Como se fosse um Presidente do Bairro, entendeu? Padre Mário foi isso, ele sempre gostava de ajudar as pessoas, os rapazes, as moças para fazer alguma atividade no final de tarde, domingo, sábado, domingo. Isso aí a gente fazia muito jovem, que era daqui do Coroado mesmo. Foi muito divertido. Eu fui uma das jogadoras, só não permaneci porque não tinha professor para ir para frente, né? Mas o que a gente podia fazer, a gente fazia, porque ele ajudava a gente. (Dona Bernaldite, moradora do bairro Coroado, novembro de 2023).

Dona Bernaldite destaca a importância do Padre Mário, referindo-se a ele como o “presidente do bairro”, devido ao seu comprometimento com questões políticas e ao seu constante apoio às iniciativas comunitárias. Isso evidencia o seu comprometimento total com a comunidade.



Figura 3: Centro social desenvolvido pelo Padre Mário Missiato.



Fonte: Acervo do Padre Mário Missiato.

Figura 4: Lado interno do Centro Social



Fonte: Acervo do Padre Mário Missiato.

Fixação dos moradores nas terras da UFAM e os e a busca por melhores condições de vida

Após diversas divergências entre os servidores da UFAM e, em conjunto com os policiais, após os ocupantes de suas terras se fixarem cada vez mais, chegou-se a um acordo de paz entre ambos os lados. A partir disso e da pressão social exercida pela comunidade organizada, o Estado se viu na obrigação de modelar esse novo bairro que surgira, isto é, desde a pavimentação das ruas, a construção do saneamento ambiental, até a regularização fundiária. Nesse ponto, é necessário abrir espaço para outro lado da pesquisa que aborde esse assunto de maneira conceitual. Nesse caso, a professora Carolina Cássia Batista Santos (2009), do curso de Serviço Social da UFAM, em seu



artigo “Direito à moradia na cidade de Manaus” trata de maneira técnica e aprofundada sobre as questões que afligiam os moradores e a complexidade dessa demanda para o governo:

Porém, os moradores não se sujeitaram às extorsões, e organizaram-se em movimentos de bairros para exigir do governo a isenção de qualquer taxa. Projetos como o PROMORAR, mantinham a mesma filosofia de financiamento do BNH, ressaltando o barateamento dos custos (SANTOS, 2009, p. 216).

O PROMORAR foi um projeto de urbanização de favelas que envolvia a remoção, urbanização e reassentamento dos moradores nas mesmas áreas onde viviam. Logo após a urbanização, os residentes retornavam para suas comunidades. As obras eram financiadas pelos próprios moradores, que arcavam com os custos da urbanização da mesma forma que pagariam por uma unidade habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH). A Sociedade de Habitação do Amazonas (SHAM), antiga Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-AM) criada pela Lei 226/1965, era o órgão estadual que tinha como objetivo estudar e executar questões relacionadas à habitação de interesse social, vinculada diretamente ao Gabinete do Governador e integrava o Sistema Financeiro de Habitação, que mais tarde em 1995, com a Lei 2.330/1995, passa a ser a Superintendência Estadual de Habitação (SUHAB-AM). Tatiane Rocha Barbosa, em sua dissertação de mestrado sobre ocupações urbanas em Manaus, explora esse momento das políticas públicas no bairro do Coroado:

Ana Fani (2001) expressa que o bairro é o espaço imediato da vida, das relações cotidianas mais finas, lugares onde o homem habita e que dizem respeito à sua vida cotidiana, um espaço palpável, como plano de prática socioespacial que, no Coroado, intensificou-se com a intervenção da Cohab-AM por meio da Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas SHAM, que, na gestão do governador José Lindoso, foi executado no bairro um grande projeto urbanismo, removendo as pessoas que moravam em condições mais precárias na parte alta do local, indenizando-as e fornecendo lotes na extensão do próprio bairro então denominado de Coroado 3 (BARBOSA, 2009, p. 94).

A complexidade que se deu na implementação desses projetos de políticas públicas com os recentes bairros formados a partir de ocupações como o Coroado, como evidenciado no texto da autora citada, foi alarmante, pois as formas de implementação das políticas de urbanização e regularização fundiária do PROMORAR geravam confusões. Houve dificuldades para que o governo pudesse, de maneira direta, cadastrar esses moradores, assim como ocorreu com a maioria das ocupações na década de 1980



em Manaus. O estudo de João Pinheiro Salazar mostra que ocupações como o Coroadó eram comuns em Manaus, dando origem a bairros populosos, como aparece no trecho a seguir:

O crescimento urbano em Manaus que se dá sobretudo com invasões na periferia, merece uma análise mais detalhada. Apenas para se ter uma idéia, os 5 bairros mais populosos de Manaus, detectados no CDM-PSE/1988, Alvorada, Compensa, São José, Cidade Nova e Coroadó que juntos detém 224.036 pessoas, ou seja, quase 30 por cento da população, ainda nem existiam em 1966 e são áreas de populações predominantemente pobres... a maior freqüência de casas próprias é encontrada em áreas de invasão, construídas da noite para o dia, o que não revela melhorias de condições habitacionais (Salazar, 1992, p. 104)

Em relação às dificuldades envolvendo o cadastro de famílias para serem beneficiadas pelos programas habitacionais e de regularização fundiária, o motivo da tensão foi a desconfiança dos moradores em relação às intenções do governo. Em conversa com o Sr. Montelo, ele explicou que o programa PROMORAR consistia em urbanizar as ocupações mantendo os moradores na área ou em um lugar próximo. Para que isso acontecesse, era necessário que as famílias saíssem temporariamente do seu local de moradia para que houvesse as reformas. Assim, algumas famílias resistiram, pois não tinham a certeza de que voltariam ao mesmo lugar após as obras.

A gestão pública teve sua visão sobre a gerência dessas políticas habitacionais e de regularização fundiária no bairro do Coroadó e sua aplicabilidade. Porém, é necessário também considerar a perspectiva dos moradores, agora já estabelecidos em suas próprias residências e com suas vidas se ajustando no novo bairro.

Figura 5: Rua Presidente Médici, primeira rua do bairro Coroadó.



Fonte: Acervo de fotos do João Coragem (o filho).



Em seus relatos, foi possível notar, enquanto sua experiência era encaminhada, a ação de órgãos como a SUHAB (antiga SHAM) e políticas como o PROMORAR sendo implementados. Essas políticas aparecem nas narrativas dos moradores, como a seguir durante a entrevista com João Coragem (o filho):

[...] Aí fomos fazer nossa casa, aí nessa parte já tava sendo o beneficiado pelo PROMORAR, né? Que é da SHAM, pra ela estar construindo aqui. A SHAM fazendo as casas e a gente estava inventando a Beira-Rio e Beira-Mar, botando com asfalto e eles pegaram e repartiram os terrenos. Era 8 por 25 os terrenos todinhos, uma parte colocando as pessoas lá para fazer o cadastramento e ia cadastrando as pessoas que tavam precisando e tal. [...] Nessa faixa nós ganhamos um terreno lá, fomos construir justamente com meu pai, ele me ajudou a construir e fazer tudinho, ele era carpinteiro e construímos a casa. Na madeira, tudo bonitinho, a gente ganhava pouco e ia construindo, comprava duas tábuas e ia pregando. Minha família foi essa, minha trajetória foi essa. Depois construímos todo dia.

Mais adiante, João Coragem menciona sua perspectiva sobre a construção da Caixa d'Água na Avenida Ephigênio Salles, ao lado do complexo viário Gilberto Mestrinho, conhecido como “Bola” do Coroadó, na Zona Leste de Manaus. Essa caixa d'água também expressou os modos de implantação da infraestrutura urbana no bairro, como ele conta:

Sim, a COSAMA acabou com tudo aqui, a comunidade em si, o jogo de futebol, essas coisas, era pra ser uma grande praça aí, né? O movimento que deu hoje em dia, passarela, tudo bem, é desenvolvimento, mas ali pô, o desenvolvimento daquele parado ali, né? Sem lógica pô, tinha outros cantos pra fazer, aí fez logo lá no meio da bola, logo. É uma referência bonita, é tipo a por lá do Jorge Teixeira, né? Ali do Jorge Teixeira.

João Coragem chega a citar a sua frustração com as ações da COSAMA, no caso destruindo o que antes era um espaço de lazer entre os moradores. Porém, a fala de João Coragem remete à forma de agir dessas políticas públicas que naquele período estruturaram o bairro com o saneamento básico, criando também um ponto de referência como a “Bola do Coroadó”. Hoje em dia essa caixa de água funciona e até mesmo entrou em processo de reestruturação em sua imagem por meio do grafite, um projeto em comunhão entre Águas de Manaus e a Fundação Amazônia Sustentável (FAS).



Figura 6: Reservatório de água na Bola do Coroadó.



Fonte: Acervo público na internet.

Agora, partindo para a perspectiva do Padre Mário Missiato, na entrevista estava sendo discutido o ano da fixação dos moradores e por quem havia sido autorizado. Logo o assunto foi direcionado para os órgãos e suas políticas em si:

É, documento do ministro do interior, Mário Andreazza, oficializando a permanência do povo, oficializando a permanência do povo lá naquelas terras. Sem dúvida alguma tu encontra este documento histórico, de lá depois que começou o governo do estado, que através do projeto PROMORAR urbanizou o Coroadó. [...] A SUHAB é a Superintendência de Habitação, mas o projeto de urbanização do Coroadó foi chamado projeto PROMORAR. Teria sido na mente do Governo Federal ou do Governo Estadual, uma urbanização de uma área já ocupada. [...] É claramente que se fala de urbanização de uma área, a primeira coisa deveria ser a infraestrutura, né? Depois vem as casas. Mas aí sendo que o Coroadó estava todo tomado e ocupado, então eles fizeram o melhor possível, não é? O melhor possível. E agora depois de lá, nos anos 90, 95, sei lá, agora eu não me lembro, porque depois que eu deixei o Coroadó não acompanhei muito, não é?.

Agora segue a parte da entrevista do Sr. Montelo na qual ele pôde contemplar de maneira mais nítida toda a parte dos projetos e intervenções no bairro do Coroadó:

A COSAMA, ela era a empresa, a companhia que era a companhia... da água do Amazonas [Águas de Manaus], era a COSAMA, até nas décadas de 90, alguma coisa. Aí foi uma reviravolta aí, venderam a COSAMA, e aí da COSAMA, com muito tempo, aí vieram ter a água do Amazonas, que era outro nome. E aí, a questão do PROMORAR... SHAM era a Empresa de Habitação do Estado do Amazonas. [...] A SHAM era a que cuidava que hoje já não é mais a SHAM, hoje é a... eu não me lembro como é o nome agora, só tinha que ter o documento aqui do definitivo da terra, que não é mais COSAMA. Deixa eu ver se eu me lembro, daqui para terminar eu me lembro o nome. Então, através da SUHAB, da SHAM, vem a ideia de urbanização do bairro do Coroadó. Como o Governo do Estado, ele tinha pago uma parte das terras da



União, porque essa terra aqui que nós estamos hoje, o Coroadó, ele era uma área da UFAM, uma área Federal. Aí o governo, que aí tem umas contradições, que foi na época do governo Henoch Reis, e aí veio o José Lindoso, foi nessa trajetória dos dois que surgiu essa compra do bairro do Coroadó. E aí, hoje, a gente tem essa liberdade, tem uma área própria nossa, porque o Governo do Estado ele comprou uma parte. E o Governo Federal doou a outra parte, abriu mão da outra parte financeira, então foi meio a meio. O Estado comprou uma parte e o governo federal deu a outra parte, então nós temos hoje esse espaço aqui que a gente tem aqui o Coroadó e que de repente do Coroadó surgiu uma outra invasão mais aqui na frente, eu acho que você já ouviu falar, do Ouro Verde. [...] O Ministro de Estado, Mário Andreazza, então ele que veio para dar ciência que o Governo Federal estava doando a sua parte para a comunidade que o Governo do Estado já tinha comprado. Logo, o Mário Andreazza, o ministro, veio fazer que era o ministro parece que da Integração Nacional, né? Aí veio entregar a área. Aí foi também lançado nessa mesma ocasião o projeto PROMORAR, que o comício de entrega da coisa foi ali na Rua Amazonas, ali perto da Associação dos Idosos com a rua Dom Bosco. Até eu estive presente nesse evento lá, porque eu digo que eu estava presente lá, então falou o governador e falou o ministro dizendo que o Governo Federal estava abrindo mão da parte da terra, do recurso, a metade, o governo tinha comprado e, que aqui ia ser um bairro modelo na Região Norte, que se chamava de Projeto PROMORAR.

Logo em seguida, ele explica por que o governo havia reunido todos os moradores em uma única área, o que resultou na existência de tantos becos nas proximidades da Beira-Mar e da Beira-Rio, os quais ele chama de “travessas”, como a Travessa Jaraqui, a Travessa Papoula, a Travessa Angira Grande e a Travessa Cacau. Segue abaixo a parte de sua entrevista:

Então, tudo isso foi uma forma que a SUHAB, a coordenação, a parte técnica da SUHAB, da SHAM na época, encontrou para agregar as pessoas, para não ter que trocar essas pessoas daqui para outro bairro, porque era filha, era o genro, era cunhada, era filho. Então, eles agregaram essas pessoas nessas... ali o beco... O Beco São Paulo que é atrás do SPA, aí nós vamos ter lá o Beco Ceará, nós temos lá o Beco Rondônia, o Beco Pará, Beco Ceará e o Beco Rondônia. Então, é outra quantidade de residência que tem lá e essas pessoas também moravam em estância e ali era a área alagada. E eles conseguiram aterrar e, aí botaram as pessoas para ser proprietárias daqueles pedaços de terra, que naquela época foi uma grande alegria para muitas famílias, porque você que morava alugado e você que morava na casa do papai e da mamãe ganhou seu próprio pedaço de terra.

Segundo a perspectiva da Dona Terezinha, ela contempla mais um pouco sobre o que o entrevistado Sr. Montelo havia dito:

[...] A gente subia pra pegar o ônibus aqui em cima. A gente morava no Coroadó 3, aí passamos um bocado de tempo assim. E não tinha asfalto, não tinha rua feita, o igarapé não era daquele jeito ali que tem, só era uma correnteza só. Aí depois que veio o pessoal trabalhando no igarapé cavar, faz aquela cavação para fazer como está hoje, bonito aí, né?



A integração dos ocupantes nos lotes de terras da UFAM e a busca por melhores acessibilidades no bairro Coroadó refletem um momento importante para a história urbana de Manaus. A pressão social e a luta dos moradores, aliada à atuação do Estado e a implementação de projetos para auxiliarem a habitação dos moradores, resultaram em uma urbanização que, embora tenha enfrentado desafios significativos, contribuiu para a melhoria das condições de vida e de infraestrutura na região.

Apesar das dificuldades iniciais, como a resistência dos moradores à remoção temporária e as desconfianças em relação às intenções do governo, a ação de órgãos como a SUHAB e a SHAM foi fundamental para a transformação do Coroadó em um bairro estruturado, com ruas pavimentadas, saneamento básico e a regularização fundiária das áreas ocupadas. No entanto, as tensões entre o desejo de melhoria e a implementação das políticas públicas revelaram a complexidade do processo de urbanização, que exigiu não apenas ações do poder público, mas também a adaptação e o engajamento da comunidade.

Ao refletir sobre o percurso do Coroadó, fica evidente que a busca por melhores condições de vida não é apenas um desafio logístico, mas também um processo de inclusão social e reconhecimento do direito à moradia, aspectos fundamentais para a construção de uma cidade mais justa e acessível para todos. O legado desse processo de urbanização, com suas contradições e conquistas, segue como um exemplo da luta por dignidade e cidadania em áreas historicamente marginalizadas.

Considerações finais

Essa análise sobre as mudanças que ocorreram com a Universidade e o bairro Coroadó não podem simplesmente serem esquecidas ou se realizar um estudo raso, pois refletem questões que ainda não foram plenamente abordadas nem pelos teóricos, no que diz respeito a comparação das teorias com as práticas e, nem pelos próprios moradores. Estes últimos, por desconhecerem a história do lugar onde vivem e a trajetória dos antigos que ajudaram a moldá-lo, acabam negligenciando a importância dessas mudanças. Esse fenômeno se torna ainda mais relevante quando consideramos que o local em questão foi impactado pela presença de uma universidade, o que agrega uma camada de complexidade que merece ser mais bem investigada.

Além disso, é fundamental evitar a dicotomia em que o morador se torna o 'Outro' e o pesquisador se coloca como o 'Eu'. Essa ambiguidade revela a distinção típica dos estudos culturais realizados por antropólogos. Nesse contexto, surge a única possibilidade



de realizar a pesquisa a partir da perspectiva do morador, valorizando suas particularidades e permitindo que ele construa a história com você. O papel do pesquisador, nesse caso, vai além de simplesmente transcrever a narrativa do sujeito que detém a experiência vivida, ele deve atuar como mediador sensível e ético, responsável por escutar com atenção, interpretar com respeito e contextualizar as falas, contribuindo para a construção compartilhada do conhecimento, sem apagar ou distorcer a voz do outro.

Data de Submissão: 1 de março de 2025

Data de Aceite: 11 de agosto de 2025

Referências

ABU-LUGHOD, L. A Escrita contra a cultura. Tradução: REGO, F. C. V. S. do; DURAZZO, L. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. DOI: 10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>. Acesso em: 9 mar. 2025.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, 14, p. 125-136, 1995. Disponível em https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

BARBOSA, Tatiana da Rocha. **Ocupações urbanas e a (re) produção das moradias populares em Manaus**: estudos no Bairro do Coroado e Loteamento Rio Piorini. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

BLOCH, Marc. Mémoire collective, tradition et coutume. À propos d'un livre récent. **Revue de synthèse historique**, tome XL, décembre 1925, pp. 73-83. Disponível em <https://langloishg.fr/documents/les-cadres-sociaux-de-la-memoire-de-maurice-halbwachs-le-compte-rendu-critique-de-marc-bloch-dans-la-revue-de-synthese-historique/>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BRITO, Rosa Mendonça. **Da Escola Universitária Livre de Manáos à Universidade Federal do Amazonas**: 95 anos construindo conhecimentos. Manaus: EDUA, 2004.

“Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri & SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Organizadores). **O espaço Fim de século a nova realidade**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.



MANOEL, Edvaldo dos Santos. **Coroado**: de invasão a portal da Zona Leste. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008.

MONTEIRO, C. G.; OLIVEIRA, E. C. de; SILVEIRA, E. B. da. **Fauna e Flora do Campus da Universidade Federal do Amazonas**: a maior biodiversidade urbana do Brasil. Manaus: EDUA, 2022.

SALAZAR, João Pinheiro. **Novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis**: um estudo de um grupo operário. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SANTOS, Carolina C. B. Direito à moradia na cidade de Manaus. **SER Social**, nº 8, p. 209-234, 2009.

UFAM. História. **Universidade Federal do Amazonas**, 2018. Disponível em <https://ufam.edu.br/historia.html>. Acesso em: 12 fev. 2025.